

# A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA-MG<sup>1</sup>

Edna Lopes Miranda<sup>2</sup>, Maria das Dôres Saraiva de Loreto<sup>3</sup>, Luiz Augusto Antonucci<sup>4</sup>

**RESUMO** – O mundo rural transforma-se cada vez mais em um espaço heterogêneo e diversificado, onde a juventude é afetada pela diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, associada com a falta de perspectivas para os que vivem da agricultura familiar. Assim, o presente estudo buscou conhecer os projetos e perspectivas de vida dos jovens rurais inseridos nos movimentos sociais do campo, em particular a Pastoral da Juventude (PJ) do município de Araponga-MG. Como técnica de pesquisa foi feito uso de entrevista semi-estruturada, por meio de questionário aplicado junto a 12 jovens, com idade entre 15 e 19 anos, divididos proporcionalmente por sexo. Os resultados apontaram que os movimentos sociais juvenis têm possibilitado avanços no município de Araponga, no sentido de elaborar estratégias que atendem as demandas da agricultura familiar, desde a organização da produção e comercialização até ao acesso ao crédito, contribuindo para o desenvolvimento local, por meio da construção e fortalecimento do capital social. Além disso, os jovens participantes dos movimentos sociais colocam como projeto de vida a permanência no campo, conjugando o trabalho agrícola com alternativas comunitárias geradoras de renda. Ressalta-se, assim, a importância das políticas públicas nesse processo de inserção e atração do jovem rural, que resultem em autonomia econômica e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Agricultura familiar, juventude, movimentos sociais do campo, projetos de vida.

## ***THE INFLUENCE OF SOCIAL MOVEMENTS ON THE AMBITIONS OF YOUNG PEOPLE FROM RURAL MUNICIPALITY OF ARAPONGA-MG***

**ABSTRACT** – *The rural world becomes a space increasingly heterogeneous and diverse, in which the youth is affected in more dramatic by dilution of boundaries between urban and rural areas, associated with the lack of prospects for the living of the family farm. Thus, the present study aimed to know the projects and life chances of young rural people inserted in rural social movements, in particular the Youth Ministry (PJ) in the municipality of Araponga-MG. As technical research was done using semi-structured questionnaire administered through 12 youngsters, aged between 15 and 19 years, divided proportionally by sex. The results indicate that social movements has enabled considerable juveniles progress in the city of Araponga, to develop strategies that meet the demands of family farming, since the organization of production and marketing to the access to credit, contributing to the site development by building and strengthening the social capital. Moreover, the young participants of social movements pose as life project to remain on the field, combining farm work with other community alternatives of income generating. Thus, it is highlighted the importance of public policies in the process of insertion and attraction of young rural people that result in economic independence and improved quality of life.*

*Keywords: Family farms, projects of life, social movements in the field, youth.*

---

<sup>1</sup> O conteúdo deste artigo é oriundo do Projeto de Mestrado em Economia Doméstica (em andamento) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). O estudo é financiado pelo CNPq.

<sup>2</sup> Mestranda em Economia Doméstica e Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: edna.miranda04@hotmail.com.

<sup>3</sup> Profa. Associada do Departamento de Economia Doméstica (DED/UFV). Economista Doméstica, Doutora em Economia Aplicada e Pós-Doutora em Família e Meio Ambiente.

<sup>4</sup> Mestrando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Bacharel em Enfermagem pela Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC).



## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira é marcada por sucessivos “modelos de desenvolvimento” que, de modo geral, demonstraram-se politicamente conservadores, socialmente excludentes e concentradores de terra e renda, contribuindo por acentuar desigualdades sociais e relações de trabalho precarizadas, principalmente nos espaços rurais (Favareto, 2007).

Vários estudos sinalizam que o mundo rural contemporâneo já não se caracteriza como uma única corporação inserida em um imenso território, mas sim como um espaço de crescentes mudanças, associadas aos estilos de vida, concepções de mundo, processos decisórios e modalidades de trabalho (Abramovay, 1998, 2000; Schneider, 2001, 2004; Pereira, 2004).

Essas transformações trouxeram reflexos diretos na vida econômica e social das comunidades rurais. Com a queda nas ocupações agrícolas, provenientes da modernização e mecanização, parte da população rural, principalmente jovens e mulheres, passaram a não mais imaginar em seus projetos de vida a agricultura como única ocupação e meio de vida, capaz de proporcionar condições dignas de trabalho e geração de renda (Balsadi, 2001).

Diante deste cenário econômico, agravado pela instituição do regime político militar em 1964, os agricultores empreenderam, ao longo das décadas de 1970 e 80, várias ações coletivas que buscaram instituir alternativas que superassem as dificuldades enfrentadas. Neste contexto, emergem em diferentes regiões brasileiras, sob a forma de organização e mobilização das diferentes categorias de trabalhadores rurais, os movimentos sociais do campo, denunciando os problemas sociais presentes no meio rural e contra o modelo de desenvolvimento focado exclusivamente no crescimento econômico e na produção ambientalmente insustentável.

E mais, começam a afirmar a necessidade de outras concepções e práticas de desenvolvimento mais próximo do cotidiano, dos costumes e dos desejos daqueles que viviam da agricultura, sugerindo que o rural significava muito mais do que somente lugar da produção agropecuária (Dias, 2004).

Em virtude desta problemática e da constatação de que a maioria dos estudos realizados sobre a juventude rural não têm enfatizado a participação dos movimentos sociais juvenis na reprodução social da agricultura

familiar, esta pesquisa levanta uma discussão sobre a forma de participação destes jovens na agricultura local, visando identificar seus projetos de vida e suas perspectivas de permanência nas atividades agrícolas, participação na gestão da propriedade e percepção sobre a importância do modo de vida rural.

Segundo Velho (2004), “os projetos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas”. Essas experiências, por sua vez, se apresentam de diferentes formas e em cenários específicos, que no caso dos movimentos sociais juvenis, ajudam os jovens a elaborarem seus projetos coletivos, sejam familiares ou comunitários.

No entanto, os jovens rurais são, como define Wanderley (2006), “antes de tudo, jovens, em cujas experiências de vida entrelaçam o presente – as formas de vida cotidiana – e o futuro – os projetos referentes à vida adulta”.

Entende-se como jovem rural “aqueles que moram no campo, herdeiros de um modo de vida no qual o cultivo da terra é o eixo principal que estrutura as famílias e as comunidades (Castro & Stephan, 2007). Por isso, não se pode falar de juventude em termos gerais, é preciso caracterizar o universo social dos jovens dos quais se está abordando para distinguir suas demandas e interesses.

Para a mesma autora, os contextos da crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes, tornaram o rural um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, influenciando diretamente sobre a identidade da juventude, que há muito não pode ser mais considerada como homogênea.

Diante da complexidade da agricultura contemporânea e da relevância dos jovens, enquanto atores fundamentais para a sustentabilidade do espaço rural, este trabalho buscou conhecer os projetos e perspectivas de vida dos jovens rurais inseridos nos movimentos sociais do campo, em particular a Pastoral da Juventude (PJ) do município de Araponga-MG, no sentido de contribuir para o bem-estar familiar e na implementação de políticas públicas.

## 2. MATERIALE MÉTODOS

A metodologia utilizada neste estudo baseou-se em uma pesquisa de campo, com uma abordagem

qualitativa, que conjugou pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de livros de leitura corrente na área de Sociologia e artigos científicos de publicações periódicas, além de entrevista semiestruturada, por meio da aplicação de questionários junto aos jovens rurais. Assumir essa concepção metodológica de pesquisa implica, necessariamente, na utilização de procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, que possibilitem apreender o fenômeno a ser estudado em suas múltiplas dimensões, uma vez que esta modalidade busca responder questões muito particulares e específicas de uma dada realidade.

De acordo com Minayo (2003), a pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é, trabalha com o universo de significados das ações e relações humanas, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Em termos do local de estudo, esta pesquisa foi realizada no município de Araponga que, juntamente com os municípios de Ervália, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Sericita, Muriaé e Rosário da Limeira, compõem o Território Rural da Serra do Brigadeiro, reconhecido e homologado em 2003 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Minas Gerais, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O município é ocupado, em sua maioria, por agricultores familiares, cuja principal atividade é o café, além do cultivo de culturas de subsistência, como o milho e o feijão.

A estrutura agrária de Araponga caracteriza-se por uma elevada fragmentação da propriedade rural, em decorrência da história de sua ocupação e uso do solo, o que levou a expulsão de grandes contingentes de famílias agricultoras sem condição de competir e se reproduzir socialmente. Esses fatores dificultam o crescimento e desenvolvimento do produtor familiar que, na maioria das vezes, possui uma propriedade instável e precária, cuja viabilidade de melhoria depende da tenacidade dos agricultores e da adoção de estratégias pelas próprias famílias.

A partir do início da década de 1970, passou a configurar-se na região a organização de movimentos sociais camponeses, muitos deles contando com apoio de setores minoritários da Igreja, como exemplos, a Pastoral da Juventude Rural, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), preocupados em representar e assessorar alternativas de viabilização para a agricultura familiar.

Além disso, com a implantação da Escola Família Agrícola Puris (EFA), em Araponga, houve o fortalecimento da agricultura familiar na região, através dos princípios da *metodologia da alternância*<sup>5</sup>, que enfatiza a participação das famílias na condução do projeto educativo e na gestão da escola, assim como na perspectiva de desenvolvimento comunitário rural, buscando potencializar as organizações e criando mecanismos para que o processo continue com novos atores - os jovens educandos.

O universo da pesquisa foi composto por jovens rurais que se encontravam inseridos nos movimentos sociais do campo, particularmente, na Pastoral da Juventude Rural. Para a realização da amostra, foram selecionados 12 jovens (amostra não probabilística típica), entre 15 e 19 anos, proporcionalmente divididos por sexo. Os jovens da pesquisa iniciaram sua participação em grupos de ação comunitária, como Pastoral da Juventude Rural e partidos políticos. Esses espaços lhes proporcionaram a possibilidade de compreender a situação em que vivem e de vivenciar a luta por direitos e a condição de cidadãos. Dos 12 jovens pesquisados, todos foram estudantes da Escola Família Agrícola Puris (EFA-Puris) de Araponga, que preza pela prática da agroecologia, bem como na formação profissional e pessoal dos jovens estudantes.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados questionários pré-estruturados, acompanhados da observação participante, buscando o enriquecimento e qualificação dos dados coletados pelos questionários.

Os dados foram analisados, tendo como referência a abordagem qualitativa, que vê o conhecimento como um processo interpretativo. Ainda, segundo Triviños

---

<sup>5</sup> A metodologia de alternância tem como proposta pedagógica a alternância de estudos na tentativa de ser uma proposta de educação mobilizadora, capaz de incentivar os jovens a irem à escola, sem terem que deixar o campo e a família (Freire, 2006).



(1987), a metodologia qualitativa orienta o pesquisador no sentido de se preocupar não apenas com os resultados e o produto, mas principalmente com o processo. Por isso, neste tipo de pesquisa, parte-se da suposição de que a realidade de cada grupo é um fenômeno social construído pelos participantes em suas vidas cotidianas, sendo tarefa do pesquisador traduzir, descrever e interpretar como as pessoas atribuem sentidos às suas experiências e como agem em seus mundos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados em relação à variável participação demonstrou que, em geral, para os jovens entrevistados, a participação nos movimentos sociais do campo, trouxe-lhes uma mudança de comportamento, possibilitando a vivência de diversas redes sociais e práticas culturais, formando uma *bricolagem*<sup>6</sup> de significados, de debate de seus saberes com os saberes dominantes. Os movimentos sociais juvenis, em especial a Pastoral da Juventude, abriram espaço para os jovens participarem nas decisões sobre a propriedade rural, através das reuniões e dias de campo.

No que se refere ao envolvimento dos jovens no processo de produção da unidade familiar, quase a totalidade dos jovens entrevistados (95%) enfatizaram a importância de sua participação no trabalho da agricultura familiar, não somente como mão-de-obra, mas desde o planejamento da produção e da projeção dos investimentos, tendo como ponto de referência os princípios da agroecologia e da economia solidária, que direcionam suas ações, no sentido de elaborar estratégias que atendem as demandas da agricultura familiar, desde a organização da produção e comercialização até ao acesso ao crédito, o que os educa no próprio sentido do trabalho.

Conforme Miguel Altieri (1999), a agroecologia é uma ciência, um conjunto de conceitos, princípios e métodos, que permitem estudar, manejar e avaliar um ecossistema agrícola, oferecendo diretrizes para uma agricultura sustentável, ambientalmente sadia, socialmente justa e economicamente viável.

Estes resultados vêm de encontro com as ideias de Manhani (2000), o qual coloca que, após participarem dos movimentos sociais do campo, os jovens

demonstram mais disposição em permanecer nas atividades agrícolas e agroindustriais, incorporando conhecimentos que eram aplicados em suas unidades produtivas, geralmente com a introdução de novas técnicas, que resultaram em mudanças nas condições materiais das famílias e redução da tendência de migração.

Em relação à atuação destes jovens em grupos especificamente juvenis, os jovens em geral colocaram estes espaços como fundamentais para a convivência e comprometimento da comunidade, onde vislumbram possibilidades e perspectivas no campo. Além disso, todos os jovens ressaltaram a importância das relações familiares e comunitárias em sua formação, ainda que estejam almejando melhores condições de vida, seja por questões econômicas, ou mesmo para fugir de uma submissão estabelecida. Também possuem um sentimento de pertencimento ao local, construído no convívio com a família, com os amigos e outras redes sociais. Nessa direção, as crenças e valores culturais e a abertura para novos conhecimentos e técnicas vivenciadas e trocadas pelos demais produtores rurais podem formar uma rede importante de cooperação e expandir o capital social e o desenvolvimento local sustentável nas comunidades.

Robert Putnam, em sua obra *“Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”* de 1996 conceitua e inclui o capital social como um fator determinante para o desenvolvimento econômico, sendo necessário uma maior participação, organização e cooperação horizontal entre os atores sociais, com o objetivo de fortalecer o tecido social. Para o referido autor (1996, p.177), capital social define-se como “... características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Com estas observações, pode-se dizer que o capital social está presente entre os jovens rurais do município de Araponga-MG, através dos movimentos sociais do campo, com mobilização ativa, na luta contra a descentralização do poder, na elevação da capacidade de cooperação e permanência no campo. Neste contexto, o capital social se mostra como um novo fator direcionado a promover o desenvolvimento local sustentável neste município.

<sup>6</sup>Diferentes linguagens e comportamentos (Lévi-Strauss, 1997).

A partir da interpretação destes dados, foi possível inferir que estas relações podem ajudar a enraizar o jovem em sua própria história, cultivando o sentimento de luta pela continuidade de sua existência no campo, ampliando sua consciência sobre as relações mais complexas.

A conscientização de uma condição social de exclusão para a condição de sujeito crítico e reflexivo advém do que Scherer-Warren (1993) afirma como as novas relações societárias que se estabelecem no coletivo do movimento social, em que as (os) atrizes/atores reapropriam-se das relações comunitárias politicamente, configurando-lhe um novo sentido.

Para se referir aos fenômenos coletivos, Melucci (1996) prefere falar em redes de movimentos do que em movimentos sociais. No seu entender a ideia de rede reflete melhor a forma de ser e de se expressar dos movimentos “uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que exige que as pessoas se envolvam na experimentação e na prática da inovação cultural”.

Partindo desta premissa, o processo de identificação coletiva dos movimentos sociais juvenis tem possibilitado avanços consideráveis no município de Araponga, no que se refere à busca pela sustentabilidade dos movimentos em rede, como citado por Melucci (1996), bem como a promoção do desenvolvimento local, por meio da construção e fortalecimento do capital social. Desta forma, o caráter participativo dos vários atores sociais se torna essencial à construção e execução das ações para a promoção do desenvolvimento das comunidades.

Segundo Weisheimer (2005), nos últimos anos, as necessidades e demandas do jovem rural vêm sendo reconhecidas como importantes, legítimas e incorporadas pelos governos. Essa mudança se deve em grande parte à ação dos próprios jovens que, organizados em movimentos de rede, vêm garantindo visibilidade ao segmento jovem, contribuindo significativamente para a criação de espaços de discussão e elaboração de políticas e programas voltados para o público juvenil, como os Comitês de Juventude Rural e Educação do Campo, ligados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável-CONDRAF e a Secretaria Nacional de Juventude.

É recente a inclusão da juventude camponesa na agenda da Política Educacional Brasileira, bem como a formulação de Políticas Públicas da Juventude (PPJ)

e da Política Nacional da Juventude no País, no qual foram instituídas no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, focado na análise do Programa Saberes da Terra, na confluência de duas Políticas Públicas: Educação do Campo e Juventude. Pensar em Educação do Campo significa evidenciar as práticas de sujeitos coletivos que educam e são educados cotidianamente num contexto complexo de relações sociais e políticas. Desta forma, a Educação do Campo em Araponga-MG tem ganhado uma multiplicidade de sentidos: como espaço de transformação das relações sociais e constitutivas do capitalismo, como luta social e emancipação humana e como espaço de resistência dos processos de exclusão dos sujeitos do campo, na medida em que os jovens pesquisados se fazem presentes nos movimentos sociais e na Pastoral da Juventude Rural. As Políticas Públicas da Juventude (PPJ) podem ser compreendidas se referenciadas de acordo com Raczynsk (1995), como políticas públicas setoriais ou políticas focalizadas, voltadas para segmentos populacionais específicos, delineadas pela necessidade, pobreza ou risco social dos jovens.

Segundo o Guia de Políticas Públicas (2006), atualmente são 19 programas executados por diferentes Ministérios, que constituem a Política Nacional da Juventude no País. Desses, apenas três são voltados para a juventude camponesa – o Programa Nossa Primeira Terra, o Programa Pronaf Jovem e o Programa Saberes da Terra, que se inscrevem na perspectiva do Estado responder às demandas da sociedade civil por formação, escolarização e qualificação socioprofissional de jovens camponeses, bem como materializar em programas os princípios da Política Nacional de Educação do Campo e da Política Nacional de Juventude. Sem dúvida, esse empoderamento da juventude, por dentro destes movimentos, contribuiu não só para suas afirmações internas, mas principalmente para suas conquistas externas, em termos de negociação de políticas públicas para os jovens rurais, junto ao Estado (Contag, 1999).

O jovem rural pode ser “o agente de uma transformação social que resgate o campo” (Castro, 2005), mas para tal se faz necessário muita ação e esforço coletivo, que permitam a esse “ator político” condições dignas no campo.

Além disso, 98% dos jovens pesquisados que estão envolvidos nos movimentos sociais do campo em Araponga-MG sentem a necessidade de incentivos,



que podem ser por parte da família, como também uma demanda mais ampla por políticas públicas, que ofereçam novas oportunidades de trabalho no campo. Apesar de suas insatisfações, vê-se um apego aos valores e vivências experimentados ao longo da vida, sempre associados à qualidade de vida, relação com a natureza, convívio familiar, tranquilidade e alegria. Para Prado (2002, p.65), este aspecto psicossocial revela-se em sua processualidade através do sentimento de pertença a um determinado grupo, que estabelece as regras para as relações intra e intergrupais.

Estes jovens colocam como projeto de vida a permanência no campo e fazem questão de afirmar que não querem ficar só no trabalho com a lavoura como seus pais, pois vêem na comunidade, possibilidades de outras rendas, através do desenvolvimento de atividades não agrícolas ou pluriativas, como o turismo rural, artesanato, gastronomia, folclore e atividades ligadas à preservação ambiental.

Desta forma, a pluriatividade é tomada como uma opção importante para os agricultores familiares desenvolverem novas formas de gestão e estratégia de reprodução nas unidades familiares, onde são percebidas novas condições de crescimento e de desenvolvimento local, bem como transformações sociais e econômicas vivenciadas pelos próprios agricultores.

Enfim, a partir dos resultados, notou-se que todos os jovens entrevistados demonstraram que os movimentos sociais juvenis do município de Araponga-MG buscam construir uma autonomia frente ao Estado, na mobilização dos trabalhadores pela melhoria da qualidade de vida da unidade familiar. No entanto, essa autonomia não significa negar as políticas promovidas pelo Estado, mas adequá-las ou apropriá-las à realidade local, de forma a promover resultados que sejam mais próximos às necessidades reais deste público em questão. Partindo deste contexto, a construção de ambientes participativos e democráticos parece ser a força motriz capaz de alavancar o desenvolvimento local e fortalecer o espírito de cooperação entre os jovens dos movimentos.

Por causa desta diversidade de razões, Castro (2005) observa que a decisão - principalmente a de “sair” do meio rural - varia de acordo com as experiências vividas pelos indivíduos e a relação que estabelecem com as regras e normas que regem suas vidas.

#### 4. CONCLUSÃO

Os projetos e perspectivas de vida dos jovens rurais são influenciados por uma série de fatores, que se iniciam na relação com a família e sentimento de pertencimento com o local vivido, como também pela lógica de mercado e por aspectos determinantes da reprodução social. Assim, os movimentos sociais do campo neste município tornaram-se um importante instrumento na articulação dos atores locais, criando um ambiente favorável à promoção de iniciativas em prol do desenvolvimento local. O acesso ou não a terra, a investimentos produtivos, crédito, espaços e meios adequados à comercialização, para a sustentabilidade do jovem, enquanto capital produtivo; e o acesso ou não, ao lazer, cultura, educação, esporte, saúde, que satisfaçam seus desejos e contribuem para a definição de suas escolhas.

Por esta razão, as políticas públicas são fundamentais nesse processo de inserção e atração ao jovem rural, que resultam em autonomia econômica e melhoria na qualidade de vida. Logo, o jovem que participa dos movimentos sociais do campo, pode se dizer que é um jovem com perspectivas de consolidação econômica e social. No entanto, só conquistar políticas não é suficiente, pois mais difícil e complexo que a elaboração e aprovação destas políticas é sua aplicação em face da sua incapacidade em responder as demandas locais.

Tratando de manter o jovem no meio rural, percebe-se que políticas de desenvolvimento rural voltadas para a juventude não podem limitar-se à agricultura. A juventude rural brasileira luta pela sua valorização, pelo trabalho, renda, terra, educação, lazer e cultura, isto é, por condições que permitam a realização pessoal e profissional.

Neste sentido, os projetos de vida dos jovens rurais de Araponga-MG se baseiam no desejo por acesso à educação, trabalho digno e reconhecimento social, opções de lazer e cultura, infraestrutura e reconhecimento da família. No entanto, é no contexto dos movimentos sociais do campo que estes jovens projetam novas formas de lidar com a terra, diferente de seus pais, construindo e reconstruindo identidades sociais capazes de promover o desenvolvimento em uma escala territorial, ultrapassando as realidades locais e envolvendo cada vez mais agricultores na busca pela melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

## 5. LITERATURA CITADA

- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A3. 15 abr. 2000.
- ALTIERI, M.A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. 325p.
- BALSADI, O.V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento. **Revista São Paulo em perspectivas**, São Paulo, v.15, n.1, p.155-165, 2001.
- BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.
- CASTRO, E.G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.
- CASTRO, M.B.; STEPHAN, G. MEPES: Uma escola para o jovem rural. In: CASTRO, M.B.; STEPHAN, G. **Juventudes Rurais: cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007. p.15-33.
- DIAS, M.M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004. 199f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, 2007.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**, Trad. Angelina Peralva, Estocolmo, v.4, n.2, p.3-14, 1996.
- MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- PEREIRA, J.L.G. **Juventude Rural: para além das fronteiras entre campo e cidade**. Tese (Doutorado em Sociedade e Agricultura). Seropédica: UFRRJ, 2004.
- PRADO, M.A.M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.8, n.11, p.59-71, jun. 2002.
- PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RACZYNSKI, D. **Estratégias para combater la pobreza em América Latina**. BID, CIEPLAN, 1995.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.16, p.164-184, abr. 2001.
- VELHO, G. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- WANDERLEY, M.N.B. **Juventude Rural: vida no campo e prometo para o futuro**. Relatório de Pesquisa (UFPE/CNPq), 2006.
- WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais. Mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em 06 de junho de 2012.

Recebido para publicação em 30/09/2012 e aprovado em 04/12/2012.

